PLANO DE ENSINO

FDCON

DISCIPLINA: DIREITO CONSTITUCIONAL V (Ações Constitucionais)		
TURNO: M/N	PERÍODO: 10º	C.H.60
PROFESSOR:		

I – IDENTIFICAÇÃO

Curso: Direito

II – Ementa

Análise, discussão, conhecimento, elaboração e execução das ações constitucionais. Formulação e resolução de problemas pertinentes ao Controle de constitucionalidade, aos Remédios constitucionais, demais ações constitucionais.

III – Objetivos da Disciplina

Objetivo geral:
Proporcionar a compreensão, a interpretação e a aplicação das ações constitucionais, visando seu desenvolvimento conceitual e sua formulação, como pressupostos indispensáveis para a formação e atuação do operador do direito moderno.

Objetivos específicos:
Demonstrar aos alunos a necessidade do conhecimento do instrumental disponível no sistema constitucional brasileiro, com o objetivo de os discentes perceberem como o Direito Constitucional se efetiva processualmente. Revisitar o conteúdo do Direito Constitucional por meio da produção de ações constitucionais. Permitir aos discentes a elaboração de peças pertinentes ao processo constitucional. Desse modo, a disciplina se insere no projeto pedagógico da FDCON de construir uma visão social da realidade, articulando teoria e práxis, que tenha o homem como sujeito das transformações sociais

PLANO DE ENSINO

FDCON

IV – Habilidades

Capacitar o aluno para a adequada atuação técnico-jurídica processual, bem como torná-lo hábil para a pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina, além do domínio de tecnologias aplicadas ao direito constitucional, de argumentação jurídica e de outras fontes do Direito, propiciando aos alunos a capacidade de leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas na sua elaboração e aplicação processual constitucional.

V – Competências

Gerar no aluno a capacidade de utilização de raciocínio técnico e argumentação jurídica, bem como possibilitar a capacidade de análise dos casos concretos e aplicação das peças processuais jurídicas
existentes no ordenamento jurídico constitucional, promovendo:
- Analisar, aplicar e identificar a norma constitucional às situações concretas;
- Aplicar corretamente a terminologia jurídica na elaboração de peças processuais constitucionais;
- Utilizar raciocínio jurídico, argumentação, reflexão crítica e aplicação sobre os posicionamentos jurídicos (doutrina e jurisprudência) constitucionais.

VI – Descrição do Conteúdo

INTRODUÇÃO
TÍTULO I – Identificação de peças
CAPÍTULO I – Ações de controle de constitucionalidade
CAPÍTULO II – Diferenciando ação direta de inconstitucionalidade por omissão e mandado de injunção
CAPÍTULO III – Recursos e reclamação
TÍTULO II – Estrutura da petição inicial e do recurso
CAPÍTULO I – Estrutura da petição inicial
CAPÍTULO II – Estrutura dos recursos

AÇÕES DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE ABSTRATO

TÍTULO III – Ação direta de inconstitucionalidade - ADI
CAPÍTULO I – Modelo de petição inicial
CAPÍTULO II – Exercícios de fixação.
TÍTULO IV – Ação declaratória de constitucionalidade – ADC
CAPÍTULO I – Modelo de petição inicial
CAPÍTULO II – Exercícios de fixação

TÍTULO V – Ação direta de inconstitucionalidade por omissão ou ação supridora de omissão - ADO
CAPÍTULO I – Modelo de petição inicial
CAPÍTULO II – Exercícios de fixação

TÍTULO VI – Arguição de descumprimento de preceito fundamental - ADPF
CAPÍTULO I – Modelo de petição inicial
CAPÍTULO II – Exercícios de fixação

REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS

TÍTULO VII – Mandado de segurança
CAPÍTULO I – Competência
CAPÍTULO II – Modelo de petição inicial
CAPÍTULO III – Exercícios de fixação

TÍTULO VIII – Mandado de injunção
CAPÍTULO I – Competência
CAPÍTULO II – Modelo de petição inicial
CAPÍTULO III – Exercícios de fixação

TÍTULO IX – Habeas data
CAPÍTULO I – Competência
CAPÍTULO II – Modelo de petição inicial
CAPÍTULO III – Exercícios de fixação

TÍTULO X – Ação popular
CAPÍTULO I – Competência
CAPÍTULO II – Modelo de petição inicial
CAPÍTULO III – Exercícios de fixação

TÍTULO XI – Ação civil pública
CAPÍTULO I – Competência
CAPÍTULO II – Modelo de petição inicial
CAPÍTULO III – Exercícios de fixação

RECLAMAÇÃO e RECURSO ORDINÁRIO

TÍTULO XII – Reclamação – RCL
CAPÍTULO I – Competência
CAPÍTULO II – Modelo de petição inicial
CAPÍTULO III – Exercícios de fixação

TÍTULO XIII – Recurso ordinário constitucional – ROC
CAPÍTULO I – Competência
CAPÍTULO II – Modelo de petição inicial
CAPÍTULO III – Exercícios de fixação

VII – Procedimentos Didáticos

Aula expositiva e dialogada, com debates e discussões sobre os conteúdos ministrados, procurando-se testar a consistência dos conceitos e formulações à luz do ordenamento jurídico, dos anseios sociais e das teorias, tanto do direito quanto das demais ciências.

A disciplina procurará fomentar uma visão plural da sociedade e do fenômeno jurídico, de modo que a didática utilizada fomente a compreensão do discente como ser autônomo.

Além desses procedimentos didático-pedagógicos e, visando atender as Portarias MEC nº 343/2020 e nº 544/2020, bem como o Parecer CNE/CP nº 11/2020, as aulas terão as seguintes configurações:
1º Anteriormente ministradas presencialmente, passarão a ser ministradas, na modalidade remota ao vivo pela plataforma "Zoom", no mesmo dia e horário da aula presencial, através das tecnologias de informação e comunicação, com a utilização de ferramentas síncronas (via transmissão online – Webconferências, chats, seminários e debates online, que acontecem em horário previamente agendado) com aula mediada pelo professor, e as ferramentas assíncronas (são aquelas consideradas desconectadas do momento real e/ou atual) como materiais disponíveis e acessíveis no sistema de acesso dos alunos.
2º Todas as atividades estarão disponíveis através de links disponíveis no Portal do Aluno TOTVS, que poderá ser acessadas pelos estudantes a qualquer hora, tais como: material de aula na Plataforma Prezi, testes, tarefas, listas de exercícios, e-mail, arquivos de conteúdo, vídeos, gravação das aulas. Será utilizada uma combinação entre ferramentas síncronas e assíncronas para oferecer uma boa experiência de ensino, permitindo doses certas de interatividade e autonomia do protagonismo dos nossos estudantes.
3º As atividades práticas supervisionadas seguem as regras da Portaria MEC nº 544/2020, conforme Ofício e planilhas encaminhados pela FDCON ao MEC.
4º Durante todo o semestre serão aplicadas Metodologias Ativas, possibilitando ao aluno desenvolver habilidades e competências previstas na DNC e no PPC do curso utilizando:
4.1) A aprendizagem entre pares e times, com formação de equipes dentro de determinada turma para que o aprendizado seja feito em conjunto e haja compartilhamento de ideias;
4.2) Aprendizagem baseada em problemas, construindo o aprendizado conceitual, procedimental e atitudinal por meio de problemas propostos, possibilitando exposição a situações motivadoras, preparando o discente para o mundo do trabalho;
4.3) Aprendizagem baseada em projetos: fazer com que os alunos adquiram conhecimento por meio da solução colaborativa de desafios.

VIII – Recursos/ Materiais/ Locais

A disciplina será ministrada através de aulas expositivas, com a utilização de Lousa Digital, datashow, retroprojetor, utilização do acervo Bibliográfico digital e físico da instituição, cujo aparato tecnológico propiciará aulas dinâmicas, com metodologias ativas, que fazem do aluno protagonista de seu aprendizado, além de apresentações orais por meio de microfone, bem como visitas técnicas para complemento das atividades em sala

IX – Avaliação

O discente será avaliado com base na distribuição de 100 (cem) pontos, efetivados através da participação dos alunos em sala de aula e da entrega de peças processuais elaboradas e resolução de questões discursivas, a exemplo da prova da 2ª Fase da OAB, além de atividades práticas simuladas em sala de aula, no NPJ ou em instituição jurídica previamente selecionada pelo docente.

PLANO DE ENSINO

FDCON

X – Bibliografia

Básica

- BARROSO, L. R. **O controle de constitucionalidade no direito brasileiro.** 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.
- DANTAS, P. R. D. F. **Direito processual Constitucional.** 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.
- ROCHA, M. H. D. **Completaço OAB 2ª fase - prática constitucional.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

Complementar

- LENZA, P. **Direito Constitucional Esquematizado**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2020
- MARTINS, Ives Gandra da Silva; MENDES, Gilmar Ferreira. **Controle concentrado de constitucionalidade**: comentários à Lei n. 9.868, de 10-11-1999. 3. ed. — São Paulo : Saraiva, 2009
- MENDES, G. F. **SÉRIE EDB - DIREITOS FUNDAMENTAIS E CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE - ESTUDOS DE DIREITO CONSTITUCIONAL**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- SCHWANTES, S.; ROCHA, M. H. D. **LIV DIG PASSE NA OAB 2ª FASE - QUESTÕES E PEÇAS COMEN DID AL**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- SALIM, A. A.; SOUZA, A. B.; KLIPPEL, B. A. G.; LACERDA, B. T. Z.; ROMAR, C. T. M.; CARVALHO, C. V.; GOMES, C. L. G.; JUNIOR, C. J. B.; BECHARA, E.; DIAS, L. R. C.; DELLORE, L. G. P.; ZAPATER, M. C.; SACRAMONE, M. B.; FILHO, N. C.; FERRACIOLLI, R. B.; CAPARROZ, R. SOALHEIRO, L.H.M. **OAB esquematizado - Volume único - 1ª Fase.** 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em:< **https://app.saraivadigital.com.br/leitor/ebook:661740**>